

MÓDULO 05

PROJETO PEDAGÓGICO



Objetivos do módulo

Caro cursista, neste último módulo, você compreenderá a educação fiscal, seus principais conceitos e sua relação com a construção da cidadania e conhecerá metodologias para elaborar um projeto pedagógico e desenvolver a educação fiscal.

Objetivos de aprendizagem

- ▶ Entender o desenvolvimentos do projeto político pedagógico e da educação fiscal na educação básica.
- ▶ Identificar a importância do projeto pedagógico na transformação social.
- ▶ Compreender a educação fiscal e sua relevância na formação da cidadania.
- ▶ Identificar formas de ensinar conhecimentos e valores que possam contribuir para que o cidadão seja protagonista de suas ações de forma responsável, visando uma participação efetiva no controle social.
- ▶ Conhecer metodologias e estratégias para o desenvolvimento do projeto pedagógico.

APRESENTAÇÃO

Há várias maneiras de se desenvolver os conteúdos de Educação Fiscal e fazer com que este dê sentido à vida das pessoas.

Ao professor cabe eleger a melhor estratégia de aprendizagem, que esteja voltada à proposta pedagógica da Escola, ao conteúdo e ao contexto que o aluno está inserido.

O Projeto Pedagógico é uma dessas estratégias e quando trabalhado em consonância com todas as áreas do conhecimento, dentro e fora do ambiente escolar é capaz de realizar grandes transformações.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E A EDUCAÇÃO FISCAL NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

O projeto pedagógico vem tomando corpo no discurso oficial das instituições de ensino, com destaque na legislação educacional (LDBEN nº 9394/96, artigo 12, inciso I). Baffi (2002) afirma que vivemos na época da “cultura do projeto”, da qual a atitude intencional e sistemática de solucionar problemas e construir conhecimento é a principal característica. Entendemos, portanto, que o projeto pedagógico é um instrumento possível de ação e transformação da realidade.

É essencial considerar a realidade da comunidade local e as reais condições da escola, bem como as causas de seus sucessos e insucessos, a fim de que se torne possível propor alternativas coletivas e trabalho conjunto.



IMPORTANTE

O Projeto Pedagógico da escola, comumente conhecido como Projeto Político-Pedagógico (PPP), é um instrumento de formalização das intenções e planejamentos da escola. Para ser efetivo e factível, deve ser construído e vivenciado por todos os envolvidos com o processo educativo da escola.





Representa uma ação intencional e um compromisso definido coletivamente, que se relaciona em duas dimensões: **a política, porque articula o compromisso sociopolítico aos interesses da comunidade e a pedagógica, pois reside na possibilidade de se efetivar a ação educativa que norteará a formação do cidadão.**

Ambas as dimensões relacionam-se e determinam-se mutuamente. Nesse sentido, a construção do PPP é um processo permanente de reflexão e discussão de problemas escolares, na busca de alternativas viáveis a efetivação de sua intencionalidade.

Esse debate, promovido pelo encontro coletivo dos profissionais com a comunidade, propicia a vivência democrática necessária para a participação de todos os membros da comunidade escolar em busca de garantir a cada integrante o exercício da cidadania.



IMPORTANTE

O projeto perpassa por dois níveis de ação: a escola como um todo e a sala de aula (compreendida para além dos muros da escola), como um amplo espaço de ação social.

Para construir o seu PPP, a escola deve exercitar o trabalho coletivo e ter autonomia de definir seus interesses e estratégias de ação educacional, ou seja, basear-se em referenciais conceituais e estar comprometida em solucionar problemas educativos e de ensino.

A abordagem do PPP fundamenta-se em alguns princípios que norteiam a escola democrática, pública e gratuita: **“igualdade” de condições para acesso e permanência na escola; “qualidade” de ensino para todos; “gestão democrática”, que inclui a ampla participação dos representantes dos diferentes segmentos da escola nas decisões/ações administrativo-pedagógicas ali desenvolvidas; “autonomia” de atuação; e, a “valorização do magistério” que objetiva a formação inicial, a formação continuada, melhores condições de trabalho e remuneração decente.**

Portanto, o PPP deve ser marcado por algumas características:

- ▶ Deve ser discutido e definido pelo maior número possível de pessoas envolvidas na escola, tanto profissionais como comunidade;
- ▶ Deve exprimir os objetivos, finalidades, estratégias de ensino, temas priorizados, cronograma e responsabilidades pelas atividades propostas e prever um processo avaliativo dele mesmo como resultado do pensar coletivo da escola;
- ▶ Deve ser avaliado e reformulado sistematicamente, quando isso se fizer necessário.

Para a Educação Fiscal, o PPP do estabelecimento de ensino representa uma importante estratégia de inserção na escola, uma vez que configura uma possibilidade de gestão compartilhada e assumida por todos nela envolvidos, pois favorece a compreensão do PNEF, e sua assunção pela escola como um tema norteador de suas ações.

EDUCAÇÃO FISCAL E CURRÍCULO: UMA CONSTRUÇÃO POSSÍVEL

Atualmente, espera-se das escolas práticas educacionais comprometidas com a construção da cidadania e que, conforme as leis que orientam a educação em nosso país, possibilitem ao indivíduo conhecer e intervir em sua realidade socioeconômica, política cultural e ambiental.

**SAIBA MAIS**

O ensino, na contemporaneidade, deve se caracterizar menos pela transmissão de informações e mais pela formação de atitudes e valores necessários à vida humana.

Nessa perspectiva, insere-se a Educação Fiscal, uma prática educacional relativamente nova, que trata das relações Estado e sociedade no que diz respeito principalmente à alocação, gestão e aplicação dos recursos públicos, com ênfase na função socioeconômica dos tributos e voltada



para a compreensão da cidadania como participação social e política e de exercício de direitos e deveres.

Diz-se de uma prática educacional relativamente nova, mas não se pode deixar de mencionar a relação com o primeiro projeto de ensino público do nosso país, de 1826, que já demonstrava preocupações com a cidadania, pois previa que o aluno deveria ter conhecimentos morais, cívicos e econômicos, que não deixam de ser também objetos de estudo da Educação Fiscal, porém sem o caráter normatizador e doutrinário, característicos da abordagem moralista da época.



SAIBA MAIS

Apesar de termos “ultrapassados” essa tendência moralista que inspirou muitas práticas pedagógicas no Brasil ainda tem um caminho a percorrer, em especial no que se refere ao ensino dos conteúdos de Educação Fiscal, para que o aluno possa apropriar-se desses conteúdos, legitimando esses valores em suas ações cotidianas.

Datam das décadas de 1960 e 1970 as primeiras ideias de Educação Fiscal sistematizada e concretizada no Brasil em forma de programas educativos, instituídos pelo Ministério da Fazenda, sobre tributos federais e seu retorno social (MOTA, 2009). Contudo, passados mais de 40 anos dessas primeiras experiências, o que se observa na maioria das escolas são ações pontuais, que não constam nos currículos, tampouco nos projetos políticos pedagógicos das instituições de ensino. Tornam-se atividades aleatórias e abstratas porque não são desenvolvidas de forma sistemática ou planejadas com intencionalidade, nem se busca compreendê-la como tema presente no cotidiano de cada um, porém, como nos demais conteúdos e áreas de conhecimento, não se pode prescindir da reflexão e da experiência, para evitar, como sugerem os PCN que os alunos apenas ouçam, repitam e esqueçam.

A Educação Fiscal precisa ter sentido e ser fruto da experiência concreta, deve ser trabalhada de forma que seus conteúdos permitam aos alunos ter uma compreensão da realidade e da sua condição de sujeito histórico. Para tanto, faz-se necessário que seja “incorporada” às diferentes áreas do conhecimento, facilitando um trabalho contínuo e integrado aos



demais conteúdos dos componentes curriculares. Não se deve, portanto, compartimentar e isolar os conteúdos de Educação Fiscal, tampouco inseri-los aos currículos sem respeitar as especificidades de cada área.

Esse trabalho requer dos professores e equipes escolares, além de conhecimentos específicos sobre o assunto, mais diálogo e atitudes de cooperação, planejamento individual e coletivo para se definir o que, quando e de que forma cada professor irá desenvolver essa temática dentro de sua área específica de atuação.

O aluno tem papel ativo nesse processo e por isso deve ter clareza do trabalho a ser realizado, dos objetivos que se pretendem alcançar e do que se espera de cada um. Essa cumplicidade contribui para o envolvimento responsável dos alunos nas atividades propostas pelo professor. Os conteúdos de Educação Fiscal podem e devem ser desenvolvidos, de forma transversal e interdisciplinar em todos os níveis e modalidades de ensino, diferenciando apenas a profundidade, abrangência e a metodologia de trabalho.

Metodologias e estratégias para o trabalho com Educação Fiscal

Para que os conteúdos da Educação Fiscal, de fato, tenham sentido na vida das pessoas e sejam frutos da experiência concreta, faz-se necessário criar oportunidades de aprendizagem a partir de situações vivenciadas pelo aluno no ambiente escolar, familiar e social mais amplo, ou seja, do local para o global.



IMPORTANTE

Deve-se buscar uma postura mais reflexiva dos alunos para que estes se compreendam como sujeitos que constroem e reconstróem a sociedade, inclusive financiando todos os bens e serviços que são disponibilizados à população. É necessário que se sintam fazendo parte de um processo mais amplo que exige cumprimentos de regras e atitude proativa para saber utilizar bem os seus direitos e cumprir bem com seus deveres, visto que as posturas individuais, positivas ou negativas, causam impactos, trazem consequências também negativas ou positivas para a sociedade.

Há muitas formas de aproximar os conteúdos de Educação Fiscal da vivência dos alunos, ou seja, de contextualizá-los.



Para dar um sentido mais prático a determinados conteúdos de Educação Fiscal pode-se explorar os recursos que chegam à escola, como por exemplo, o Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, dinheiro da cantina, quando houver, recursos oriundos da Associação de Pais e Mestres - APMs, na qual se pode promover uma discussão para que os alunos entendam melhor a origem e a aplicabilidade desses recursos, podendo, desta forma, valorizar mais o patrimônio escolar.

Incentivar a participação dos alunos em colegiados, como exemplo grêmio estudantil, também se constitui uma boa estratégia para explorar conteúdos como ética, resiliência, cidadania, dentre outros que fazem parte do universo da Educação Fiscal.

Incentivar a participação dos alunos em colegiados, como exemplo grêmio estudantil, também se constitui uma boa estratégia para explorar conteúdos como ética, resiliência, cidadania, dentre outros que fazem parte do universo da Educação Fiscal.

Uma questão que se mostra fundamental para a sustentabilidade do programa diz respeito a instigar as secretarias estaduais e municipais de educação e as outras instituições gestoras do PNEF a buscarem relações entre os inúmeros projetos e programas que realizam (municipal, estadual, federal) e a Educação Fiscal, objetivando a realização de trabalhos articulados e a otimização de recursos materiais e de tempo.

De qualquer forma, há inúmeras possibilidades de se desenvolver os conteúdos de Educação Fiscal, e compete, particularmente, ao professor eleger a estratégia que seja mais adequada à realidade de seus alunos, ao contexto que está inserido e à abordagem que pretende trabalhar. Acompanhe nos quadros a seguir alguns exemplos de abordagens:

Se for uma **abordagem mais filosófica**, em que os alunos são instigados a refletir sobre as várias correntes de pensamento produzidos pela filosofia ao se trabalhar questões relacionadas à ética, por exemplo, o professor pode optar por:

- ▶ Leitura de livros literários, didáticos e pedagógicos para fomentar reflexões sobre as ideias expressas nas obras, buscando interface com Educação Fiscal;

Se for uma **abordagem mais filosófica**, em que os alunos são instigados a refletir sobre as várias correntes de pensamento produzidos pela filosofia ao se trabalhar questões relacionadas à ética, por exemplo, o professor pode optar por:

- ▶ Leitura de livros literários, didáticos e pedagógicos para fomentar reflexões sobre as ideias expressas nas obras, buscando interface com Educação Fiscal;
- ▶ Leitura, análise e interpretação do Código do Consumidor;
- ▶ Pesquisas bibliográficas e na internet, com estudo de texto e resumos ou resenhas do pensamento de grandes autores que abordem a temática;
- ▶ Realização de pesquisa, inclusive de campo, sobre o hábito de exigir nota fiscal e sobre fatos que geraram o sentimento de aversão aos tributos e atitudes de sonegação;
- ▶ Realização de pesquisa para identificação dos produtos mais consumidos e sua carga tributária;
- ▶ Análise de documentos fiscais para identificação dos tributos cobrados;
- ▶ Análise da realidade sociopolítica da comunidade local e elaboração, com a comunidade escolar, de um quadro demonstrativo de seus principais problemas, apresentando alternativas que possibilitem melhor qualidade de vida;
- ▶ Entrevistas às pessoas da comunidade sobre o grau de satisfação quanto à aplicação do dinheiro público no seu município. Perguntar o que cada um está fazendo para assegurar a boa aplicação dos tributos que pagamos;
- ▶ Coleta de dados relacionados à Educação Fiscal em livros, revistas, sites, material didático do curso on-line em Educação Fiscal.
- ▶ Realizar pesquisa e levantamento do número de casas comerciais e indústrias do município/bairro ou comunidade e se essas estão regularizadas com o Fisco e emitem notas fiscais. Apresentar levantamento estatístico.

Se a opção for uma **abordagem cognitivista**, que privilegia a discussão em torno de questões cotidianas ou analisar fatos e situações, às vezes fictícias, o professor pode lançar mão de:

- ▶ Leitura e interpretação de filmes;
- ▶ Leitura e análise de depoimentos;
- ▶ Leitura de histórias associadas à questão dos tributos e outras temáticas da Educação Fiscal;
- ▶ Acompanhamento e controle dos recursos/fontes a serem aplicados: orçamento escolar/ familiar;
- ▶ Produções teatrais pelos alunos com análise e reflexão;
- ▶ Produção de paródias sobre Educação Fiscal;
- ▶ Mesas de debates com participações especiais de agentes públicos e dos alunos;
- ▶ Visitas às instituições públicas para melhor conhecer o trabalho realizado no município, retorno social dos tributos;
- ▶ Aulas-passeio acompanhadas de discussões sobre situações vivenciadas e realidade local;
- ▶ Desenvolvimento de projetos de intervenção em situações indesejadas verificadas pelos alunos;
- ▶ Produção de documentários com diferentes propósitos;
- ▶ Estudos dirigidos com defesa de ideias em grupo;
- ▶ Seminários, debates em grupo sobre a aplicação dos recursos públicos, inclusive da escola, como exemplo, o Fundo Rotativo, recursos do PDDE;
- ▶ Criação do Orçamento Participativo Criança;
- ▶ Discussão e criação do OCA - Orçamento Criança e Adolescente.

Caso seja uma **abordagem mais afetivista**, em que por meio de técnicas psicológicas o aluno é estimulado a falar de questões concretas e acontecimentos de suas próprias vidas, ou da vida da comunidade, pode se utilizar:

- ▶ Produções de histórias em quadrinhos e outros gêneros para expor sentimentos e acontecimentos marcantes na comunidade;
- ▶ Leitura e reflexão sobre imagens para aguçar a sensibilidade e aflorar sentimentos;
- ▶ Leitura e análise de obras de arte, buscando associá-las às situações cotidianas do aluno, e releitura por meio da interpretação plástica.

É importante que todo o conhecimento produzido nos mais diversos espaços de produção ocupados por alunos, professores, pais e comunidade na busca de conhecer os pressupostos da Educação Fiscal e assim conhecer melhor a própria realidade e a realidade socio-política da comunidade local, seja colocado à disposição da sociedade como estratégia de intervenção e modificação/transformação das situações indesejadas. Veja abaixo algumas destas possibilidades de socialização de conhecimentos e experiências:

- ▶ Gincanas, focando tarefas relacionadas à solidariedade humana e à solução coletiva de problemas comunitários;
- ▶ Feira de cultura, com apresentações artísticas: peças de teatro, exposições fotográficas, música, dança, vídeo, sempre focalizando temas tratados pelo Programa;
- ▶ Feiras e exposições visuais e orais;
- ▶ Mostras e demonstrações;
- ▶ Passeatas da cidadania (com cartazes alusivos ao combate à sonegação e à corrupção);
- ▶ Exposições em seminários e painéis de debates;
- ▶ Simulações de sessões da Câmara de Vereadores;
- ▶ Júri simulado sobre temas polêmicos tratados no Programa;
- ▶ Implantação de projetos debatidos e priorizados pela escola e/ou comunidade;
- ▶ Sensibilização durante festividades e eventos de relevância para a comunidade/município;
- ▶ Realização de blitz educativa como forma de expor resultados de pesquisas por meio de material informativo;
- ▶ Oficinas de produção seguidas de apresentação dos trabalhos pela escola;
- ▶ Produção de programas ou spots para veiculação em rádios e TV comunitários.

Estas são algumas possibilidades de se trabalhar com os conteúdos de Educação Fiscal numa perspectiva mais humanizada em que alunos, professores e toda a comunidade escolar e local sintam-se envolvidos e comprometidos em desenvolver formas de atuação mais responsáveis e solidárias, capazes de trazer benefícios e melhorias para sua vida e para a vida de sua comunidade.

ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO E DO PLANO DE AÇÃO

Acompanhe agora duas sugestões de roteiro para lhe auxiliar na elaboração do Projeto Pedagógico e do Plano de Ação. Você também encontrará sugestões de temas e atividades que reforçarão os conteúdos apresentados.



TOME NOTA

Leia mais sobre o assunto em “Leituras Complementares”.

SUGESTÃO DE ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO E DO PLANO DE AÇÃO

1. Introdução

Contextualização da temática a ser desenvolvida no projeto e sua importância.

2. Estrutura do Projeto

Apresentamos dois tipos de projeto de forma a contemplar todos os interessados:

PROJETO TIPO A: deverá ser elaborado por quem irá desenvolver ação que beneficie alunos do ensino fundamental, médio e superior.

PROJETO TIPO B: deverá ser elaborado por quem irá desenvolver ação que beneficie professores, técnicos da educação, servidores públicos e comunidade em geral.

Observe a seguir a estrutura dos dois tipos de projeto, A e B, e depois leia o detalhamento do tipo de projeto que você e sua equipe irá elaborar.

PROJETO TIPO A

CAPA
FOLHA DE ROSTO
SUMÁRIO
APRESENTAÇÃO
1. IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE
2. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
3. PROBLEMATIZAÇÃO
4. DISCIPLINAS ENVOLVIDAS
5. OBJETIVO GERAL DO PROJETO
6. CONTEÚDOS DE EDUCAÇÃO FISCAL
7. CONHECIMENTOS A SEREM CONSTRUÍDOS
 7.1 Conteúdo conceitual
 7.2 Conteúdo procedimental
 7.3 Conteúdo atitudinal
8. SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM
9. COMO SERÁ AVALIADO O PROJETO
10. COMO CULMINARÁ O PROJETO
11. RECURSOS
12. CRONOGRAMA

PROJETO TIPO B

CAPA
FOLHA DE ROSTO
SUMÁRIO
APRESENTAÇÃO
1. IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE
2. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
3. PROBLEMATIZAÇÃO
4. CAMPO DE AÇÃO
5. OBJETIVO GERAL DO PROJETO
6. CONTEÚDOS DE EDUCAÇÃO FISCAL
7. SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM
8. COMO SERÁ AVALIADO O PROJETO
9. COMO CULMINARÁ O PROJETO
10. RECURSOS
11. CRONOGRAMA

3. Detalhamento da Estrutura

Projeto Tipo A

capa

NOME DOS AUTORES DO PROJETO

TÍTULO DO EIXO TEMÁTICO DO PROJETO

Subtítulo (se houver)

(tema que integrará a atividade a ser desenvolvida, o conteúdo de educação fiscal e os conteúdos das disciplinas)

Cidade
Ano

folha de rosto

CURSO DE DISSEMINADORES DE EDUCAÇÃO FISCAL
TURMA: TURMA 001-DEF/1º SEMESTRE DE 2014
EQUIPE:

TÍTULO DO EIXO TEMÁTICO DO PROJETO

Subtítulo (se houver)

(tema que integrará a atividade a ser desenvolvida, o conteúdo de educação fiscal e os das disciplinas)

Projeto apresentado ao
Curso de Disseminadores
de Educação Fiscal – on line,
orientado pelo tutor
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Tipo A () Tipo B ()

Cidade
Ano

sumário

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

- 1. IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE.....
- 2. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO.....
- 3. PROBLEMATIZAÇÃO.....
- 4. DISCIPLINAS ENVOLVIDAS.....
- 5. OBJETIVO GERAL DO PROJETO.....
- 6. CONTEÚDOS DE EDUCAÇÃO FISCAL.....
- 7. CONHECIMENTOS A SEREM CONSTRUÍDOS.....
 - 7.1 Conteúdo conceitual.....
 - 7.2 Conteúdo procedimental.....
 - 7.3 Conteúdo atitudinal.....
- 8. SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM.....
- 9. COMO SERÁ AVALIADO O PROJETO.....
- 10. COMO CULMINARÁ O PROJETO.....
- 11. RECURSOS.....
- 12. CRONOGRAMA.....

apresentação

APRESENTAÇÃO

Colocar informações que justifiquem o projeto: dados sobre a escola, dados estatísticos que ajudem a compreender melhor a ação a ser desenvolvida.

1. IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE

ORD	NOME COMPLETO	DISCIPLINA	TURNO	INSTITUIÇÃO	LOTAÇÃO	FUNÇÃO

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

2.1 EIXO TEMÁTICO

2.2 MUNICÍPIO

2.3 BENEFICIADOS

2.3.1 Escola

2.3.2 Série(s)

2.3.3 Quantitativo de alunos da escola

2.4 PARCEIROS (instituições de pessoas que não são alunas do Curso de Disseminadores de Educação Fiscal a Distância, mas que irão interagir/colaborar com a execução do projeto)

2.5 PERÍODO DE EXECUÇÃO (data de início e final)

3. PROBLEMATIZAÇÃO (situação que levou à elaboração do projeto)

4. DISCIPLINAS ENVOLVIDAS (disciplinas lecionadas pelos professores que são alunos do curso)

5. OBJETIVO GERAL DO PROJETO (o que se quer alcançar no conjunto dessas disciplinas - interdisciplinaridade)

6. CONTEÚDOS DE EDUCAÇÃO FISCAL

7. CONHECIMENTOS A SEREM CONSTRUÍDOS (por disciplina)

7.1 Conteúdo conceitual - APRENDER A CONHECER

7.1.1 Conhecimento de ordem teórica.

7.1.2 Permite representar a realidade.

7.1.3 Conteúdo explicativo da disciplina.

7.1.4 Refere-se a: fatos; dados; informações; conceitos; princípios; vocabulários; fenômenos; acontecimentos; noções; ideias; símbolos; representações.

7.2 Conteúdo procedimental - APRENDER A FAZER

7.2.1 Conhecimento de ordem prática.

7.2.2 Permite operar com objetos e informações.

7.2.3 Refere-se a:

a) motricidade = manipulação de instrumentos;

b) habilidades cognitivas = realização de tarefas intelectuais (ações e decisões de natureza interna); refletir, manejar, observar, sintetizar, comparar, construir, problematizar, coletar, resumir, experimentar, analisar, aplicar, argumentar, concluir, pesquisar, demonstrar.

7.3 Conteúdo atitudinal - APRENDER A SER / - APRENDER A CONVIVER

7.3.1 Conhecimento de ordem ética.

7.3.2 Permite avaliar um objeto, pessoa, acontecimento ou situação e atuar de acordo com essa avaliação.

7.3.3 Refere-se a: normas, valores, atitudes, solidariedade, responsabilidade, colaboração, respeito, curiosidade, organização, valorização, comprometimento, interesse, envolvimento, cooperação, participação, senso crítico e interação.

8. SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM (atividades que serão desenvolvidas para se chegar à culminância do projeto-metodologia)

9. COMO SERÁ AVALIADO O PROJETO (descrever formas numa perspectiva de avaliação contínua)

10. COMO CULMINARÁ O PROJETO (grande ação para divulgação das produções)

11. RECURSOS (humanos, materiais e, se for o caso, financeiros)

12. CRONOGRAMA (da elaboração até a execução)

Projeto Tipo B

capa

NOME DOS AUTORES DO PROJETO

TÍTULO DO EIXO TEMÁTICO DO PROJETO
Subtítulo (se houver)
(tema que integrará a atividade a ser desenvolvida, o conteúdo de educação fiscal e os conteúdos das disciplinas)

Cidade
Ano

folha de rosto

CURSO DE DISSEMINADORES DE EDUCAÇÃO FISCAL
TURMA: TURMA 001-DEF/2º SEMESTRE DE 2014
EQUIPE:

TÍTULO DO EIXO TEMÁTICO DO PROJETO
Subtítulo (se houver)
(tema que integrará a atividade a ser desenvolvida, o conteúdo de educação fiscal e os conteúdos das disciplinas)

Projeto apresentado ao
Curso de Disseminadores de Educação Fiscal – on line,
orientado pelo tutor
XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Tipo A () Tipo B ()
Cidade
Ano

sumário**SUMÁRIO****APRESENTAÇÃO**

1. IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE.....
2. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO.....
3. PROBLEMATIZAÇÃO.....
4. DISCIPLINAS ENVOLVIDAS.....
5. OBJETIVO GERAL DO PROJETO.....
6. CONTEÚDOS DE EDUCAÇÃO FISCAL.....
7. SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM.....
8. COMO SERÁ AVALIADO O PROJETO.....
9. COMO CULMINARÁ O PROJETO.....
10. RECURSOS.....
11. CRONOGRAMA.....

apresentação**APRESENTAÇÃO**

Colocar informações que justifiquem o projeto: dados sobre a escola, dados estatísticos que ajudem a compreender melhor a ação a ser desenvolvida.

1. IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE

ORD	NOME COMPLETO	DISCIPLINA	TURNO	INSTITUIÇÃO	LOTAÇÃO	FUNÇÃO

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO**2.1 EIXO TEMÁTICO****2.2 MUNICÍPIO****2.3 BENEFICIADOS**

2.3.1 Escola/instituição pública ou da sociedade civil

2.3.2 Série(s)/jurisdição ou área territorial da atuação, conforme o caso

2.3.3 Quantitativo de alunos/servidores/cidadãos alcançados pelo projeto

2.4 PARCEIROS (instituições de pessoas que não são alunas do Curso de Disseminadores de Educação Fiscal a Distância, mas que irão interagir/colaborar com a execução do projeto)

2.5 PERÍODO DE EXECUÇÃO (data de início e final)

3. PROBLEMATIZAÇÃO (situação que levou à elaboração do projeto)

4. CAMPO DE AÇÃO

4.1 NO CASO DE PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO – Áreas do conhecimento a serem trabalhadas pelos professores que são alunos do curso.

4.2 NO CASO DE SERVIDORES PÚBLICOS E REPRESENTANTES DE INSTITUIÇÕES SOCIAIS – Órgãos públicos e instituições sociais envolvidas.

5. OBJETIVO GERAL DO PROJETO

5.1 NO CASO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – o que se quer alcançar no conjunto dessas disciplinas – interdisciplinaridade. Quais mudanças se pretende estimular?

5.2 NO CASO DE SERVIDORES PÚBLICOS E REPRESENTANTES DE INSTITUIÇÕES SOCIAIS – o que se quer alcançar por meio da ação conjugada de instituições públicas entre si, de instituições da sociedade civil e também da conjugação entre instituições públicas e da sociedade civil – intersectorialidade. Quais mudanças se pretende implantar?

6. CONTEÚDOS DE EDUCAÇÃO FISCAL (constam dos quatro módulos do curso. Verifique.)

7. SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM (atividades que serão desenvolvidas para se chegar à culminância do projeto-metodologia)

8. COMO SERÁ AVALIADO O PROJETO (descrever formas numa perspectiva de avaliação contínua)

9. COMO CULMINARÁ O PROJETO (grande ação para divulgação das produções)

10. RECURSOS (humanos, materiais)

11. CRONOGRAMA (da elaboração até a execução)

MODELO DE PLANO DE AÇÃO

Ação: _____

Local: _____ Data: _____ Cidade: _____

Responsável: _____ Turma: xx __/201X.

O QUE?	POR QUÊ?	QUEM?	QUANDO?	ONDE?	COMO?	QUANTO?

FERRAMENTA 5W - 2H**O que é e como Usar?**

Para auxiliá-lo no planejamento das ações que for desenvolver, você poderá utilizar um quadro chamado 5W 2H.

Esse quadro é uma ferramenta utilizada para planejar a implementação de uma solução, sendo elaborado em resposta as questões a seguir:

- ▶ O QUE: (*WHAT*) Qual ação vai ser desenvolvida?
- ▶ QUANDO: (*WHEN*) Quando a ação será realizada?
- ▶ POR QUE: (*WHY*) Por que foi definida esta solução (resultado esperado)?
- ▶ ONDE: (*WHERE*) Onde a ação será desenvolvida (abrangência)?
- ▶ COMO: (*HOW*) Como a ação vai ser implementada (passos da ação)?
- ▶ QUEM: (*WHO*) Quem será o responsável pela sua implantação?
- ▶ QUANTO: (*HOW MUCH*) Quanto será gasto?

Este é o modelo do quadro 5W 2H, defina uma ação que você aplicaria em sua organização e preencha o quadro, respondendo às questões de cada coluna. Utilizando-o, você visualiza a solução adequada de um problema, com possibilidades de acompanhamento da execução de uma ação.

Lembre-se: Quando for usar o quadro, defina qual a ação a ser implementada.

Fonte: Sebrae

PROPOSTA DE TEMAS PARA A ELABORAÇÃO DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS E PLANOS DE AÇÃO

Algumas sugestões de temas para a elaboração dos Projetos Pedagógicos:

1. Educação Fiscal como Exercício de Cidadania
2. O que está atrás da pirataria
3. Os sete pecados econômicos no nosso país:
 - ▶ gerar desemprego;
 - ▶ sonegar impostos;
 - ▶ prejudicar a economia nacional;
 - ▶ enganar o consumidor e afetar a saúde;
 - ▶ roubar ideias e invenções;
 - ▶ praticar a concorrência desleal;
 - ▶ alimentar o crime organizado.
4. Educação Fiscal e a conservação do patrimônio público: Escola.
5. Tributos: O que nós temos a ver com isso?
6. Equilíbrio social: gerenciar de forma equilibrada e participativa os recursos públicos.
7. Sustentabilidade e recursos naturais do estado.
8. A interferência do alcoolismo (tabagismos) no processo de aprendizagem e na construção da cidadania
9. Indústria automobilística no Brasil e a Educação Fiscal.
10. A crise energética no Brasil.
11. Crimes Contra a Ordem Tributária.
12. Improbidade Administrativa.
13. O inocente, que desconhece seus direitos.
14. Direitos e deveres: Podemos ser o acomodado, que espera passivamente que tudo se resolva?
15. Quem é a vítima da falta de educação fiscal? E que só sabe se queixar!
16. O papel do cidadão consciente, que está comprometido com os direitos da cidadania e sabe cobrar com responsabilidade.

17. O destrutivo, que rejeita qualquer participação e envolvimento.
18. O alienado, que se omite de responsabilidade.
19. O burocrático, que cumpre só o que é legal.
20. O teórico, que se sente responsável, mas nada faz efetivamente.
21. O cidadão envolvido, que se sente responsável e atua para mudar e melhorar o estado geral das coisas.
22. Como desenvolver a consciência crítica da sociedade para o exercício do controle social?
23. Conscientizar os cidadãos para a função socioeconômica dos tributos.
24. Socialização dos conhecimentos sobre a administração pública, alocação e controle dos gastos públicos e tributação.
25. Como acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos?
26. Fortalecimento do comportamento ético na administração pública e na iniciativa privada.
27. Raio X do Estado é o mesmo que Transparência do Estado.
28. Tarefa de Casa: Exercícios pleno da cidadania dentro da escola e na comunidade.
29. Os três níveis de governo: Nivelando o meu país.
30. A mulher empreendedora neste mundo globalizado.

SUGESTÕES DE ATIVIDADES

Na perspectiva de auxiliar na construção do Projeto Pedagógico, apresentamos algumas sugestões de atividades que poderão ser aperfeiçoadas e adequadas aos diversos níveis de ensino e faixas etárias dos estudantes.

1. Como atividades pedagógicas podem ser desenvolvidas:

Interpretações de textos sobre a importância dos tributos, acessando, por exemplo, aos sítios:

- ▶ Leãozinho (Disponível em: <www.leaozinho.receita.fazenda.gov.br>. Acesso em: 28 out. 2014.);
- ▶ Portalzinho da criança cidadã (Disponível em: <<http://www.portalzinho.cgu.gov.br/>>. Acesso em: 28 out. 2014.);

- ▶ Sofinha (Disponível em: <http://www.orcamentofederal.gov.br/educacao-orcamentaria/sofinha/carrega_sofinha.swf>. Acesso em: 28 out. 2014.);
- ▶ Plenarinho (Disponível em: <<http://www.plenarinho.gov.br/>>. Acesso em: 28 out. 2014.)
- ▶ Leitura de histórias associadas à questão dos tributos.
- ▶ Visitação à Câmara de Vereadores em audiências públicas (planejamento orçamentário, prestação de contas).
- ▶ Visitação à Secretaria de Fazenda, ou Finanças, dos Estados e Municípios, Receita Federal do Brasil, conselhos escolares e municipais.
- ▶ Visitação à prefeitura municipal e suas principais secretarias para melhor conhecer o trabalho realizado no município.
- ▶ Composição de paródias sobre Educação Fiscal.
- ▶ Composição de contos sobre Educação Fiscal.
- ▶ Entrevistas com o Prefeito, com o Presidente da Câmara, com os secretários de Finanças e de Educação do município sobre a importância do Programa Nacional de Educação Fiscal.
- ▶ Levantamento do número de casas comerciais e indústrias do município/bairro ou comunidade e se essas estão regularizadas com o Fisco e emitem notas fiscais. Apresentar levantamento estatístico.
- ▶ Levantamento estatístico do número de microempreendedores inscritos e dos não inscritos em seu bairro ou município.
- ▶ Entrevistas com as pessoas da comunidade sobre o grau de satisfação quanto à aplicação do dinheiro público no seu município. Perguntar o que cada um está fazendo para assegurar a boa aplicação dos tributos que pagamos.
- ▶ Identificação do significado das siglas dos principais impostos e contribuições (Cofins, IPI, IOF, IRPF, ISS, etc.).
- ▶ Identificação do valor dos tributos indiretos incidentes sobre mercadorias e serviços consumidos pela família do estudante no mês, com base nas notas fiscais ou cupons emitidos e cálculo da carga tributária de cada família.
- ▶ Realização de pesquisa de campo sobre fatos que geraram o sentimento de aversão aos tributos e atitudes de sonegação.
- ▶ Realização de pesquisa de campo sobre o hábito e a importância de se exigir a nota ou o cupom fiscal.
- ▶ Discussão sobre a importância do Código de Defesa do Consumidor e interpretação de seus principais artigos.

- ▶ Discussão sobre a importância do Estatuto da Criança e do Adolescente e interpretação de seus principais artigos.
- ▶ Elaboração com a comunidade de um quadro demonstrativo de seus principais problemas, apresentando alternativas que possibilitem melhor qualidade de vida.
- ▶ Acompanhamento e controle dos recursos/fontes a serem aplicados: orçamento escolar e da cidade.
- ▶ Debate sobre a aplicação dos recursos públicos distribuídos à escola, por exemplo, o referente ao Programa Dinheiro Direto na Escola.
- ▶ Debate sobre a aplicação dos recursos do Fundeb;
- ▶ Coleta de dados relacionados à Educação Fiscal em livros, revistas, sítios, material didático do curso on-line em Educação Fiscal.

2. Como culminância das atividades, podem ser realizadas (os):

- ▶ Gincanas focando tarefas relacionadas a solidariedade humana e a solução coletiva de problemas comunitários.
- ▶ Feira de cultura com apresentações artísticas: peças de teatro, exposições fotográficas, música, dança, vídeo, sempre focalizando temas tratados pelo Programa.
- ▶ Passeatas da cidadania (com cartazes alusivos ao combate à sonegação e à corrupção).
- ▶ Blitz da cidadania para verificar o cumprimento por parte dos empresários de fornecer a nota ou o cupom fiscal.
- ▶ Exposições em seminários e painéis de debates.
- ▶ Simulações de sessões da Câmara de Vereadores.
- ▶ Visita à Câmara de Vereadores em datas estratégicas para acompanhar projetos de interesse da educação, da comunidade ou a discussão e votação do orçamento do município.
- ▶ Levantamento dos recursos destinados às crianças e adolescentes, na composição do OCA – Orçamento Criança e Adolescente.
- ▶ Realização de júri simulado sobre temas polêmicos tratados no Programa, como por exemplo: pirataria x acesso aos bens culturais.
- ▶ Implantação de projetos debatidos e priorizados pela escola e ou comunidade e sua inserção no orçamento.
- ▶ Criação do Orçamento Participativo Criança e Adolescente no município.

- ▶ Realização de atividades de sensibilização durante festividades e eventos de relevância para a comunidade/município.
- ▶ Organização de oficinas de produção de projetos, seguidas de apresentação dos trabalhos pela escola.
- ▶ Produção de revista em quadrinhos e jornal sobre temas de cidadania.
- ▶ Produção de programas ou spots para veiculação em rádios e TV comunitários.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos Temas transversais, Ética/ Secretaria de Educação Fundamental- Brasília: MEC/SEF, 1997.

LAKOMY, Maria Ana. Teorias Cognitivas da Aprendizagem. 2 ed. Curitiba: IPBEX, 2008.

MELO, Alesssandro de; URBANETZ Terezinha Sandra. Metodologia do Ensino Na Educação Superior - Organização e Estratégias Pedagógicas. Curitiba: IBPEX, 2009.

MOTA, Luiza Ondina Santos; RIVILLAS, Borja Díaz; VILARDEBÓ, Andréa. Educação fiscal no Brasil e no Mundo. In: **UAN- Universidade Aberta do Nordeste** – Ensino à distância. Educação fiscal e cidadania. Fascículo 02. Ceará: Fundação Demócrito Rocha, 2009.

